

Inquérito Civil n. 06.2019.00000911-0**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado neste ato pelo Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê, Dr. **Marcionei Mendes**, designado COMPROMITENTE, e **MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES**, inscrito no CNPJ n. 83.009.910/0001-62, estabelecido na Avenida Rio Grande do Sul, 50, Centro, Faxinal dos Guedes, representada neste ato Prefeito Municipal **Gilberto Ângelo Lazzari**, portador do RG n. 695.640, inscrito no CPF sob o n. 251.194.519-34, residente e domiciliado na Rua do Progresso, 309, no município de Faxinal dos Guedes, telefone (49) 3436-4300, designado COMPROMISSÁRIO, acompanhado, neste ato do Advogado do Município, Sr. Leonir Baggio:

Considerando que ao primeiro foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129, II e III, CF);

Considerando que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos e coletivos relativos à infância e à adolescência (art. 201, V, ECA) e zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e aos adolescentes, promovendo medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (art. 201, VIII, ECA);

Considerando que é "dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (art. 227, *caput*, CF);

Considerando que a criança e o adolescente são amparados pelo direito de cidadania e, principalmente, pelo princípio maior, insculpido no dispositivo 1º da Lei n. 8.069/90, do qual floresce toda a estrutura da doutrina da

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê

proteção integral, concepção sustentadora do Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando que a Portaria n. 02/2010 dispõe sobre a entrada e permanência de crianças e adolescentes em vias públicas, casas que explorem comercialmente diversões eletrônicas, bares, boates e em locais que vendam ou forneçam substâncias que causem dependência física ou psíquica, entre outras providências, na Comarca de Xanxerê;

Considerando que o artigo 27 da referida Portaria estabelece que os eventos não especificados, como o presente caso, devem ser tratadas separadamente mediante alvará judicial específico e o artigo 28 dispõe que os requerimentos devem ser distribuídos formalmente no Fórum, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do evento e mediante atendimento de diversos requisitos como: qualificação completa do promotor do evento (inciso I); especificação da data, horário de início e término e local do evento (inciso II); juntada de cópia dos alvarás administrativos autorizadores como Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Vigilância Sanitária (inciso III); especificação sobre venda de ingressos, público estimado, número de seguranças e/ou policiais, presença de assistência médica, indicação sobre a venda de bebidas, com identificação do responsável, procedimentos para impedir a venda e uso de bebidas alcoólicas e demais substâncias proibidas para crianças e adolescentes (inciso IV);

Considerando que de acordo com o disposto no *caput* do artigo 32 da alusiva Portaria: *"Deixar o responsável pelo estabelecimento ou empresário de observar o que dispõe esta Portaria e alvarás sobre o acesso de crianças e adolescentes aos locais, afixação de avisos ao público, comunicação ao Juízo da Infância e Juventude sobre os eventos e demais disposições implicará imposição de multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos, aplicada em dobro em caso de reincidência (ECA, art. 249 e art. 258, segunda parte), além da responsabilidade civil e penal que o caso exigir."* Devendo os valores decorrentes das multas serem destinados ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescentes – FIA do Município onde se verificou a infração (parágrafo único);

Considerando que em 16/07/2018 o Município de Faxinal dos Guedes ajuizou pedido de alvará judicial, autuado sob o n.

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê

0302204-25.2018.8.24.0080, visando regulamentar a entrada e permanência de crianças e adolescentes em eventos festivos alusivos ao aniversário do Município entre 26 e 29 de julho de 2018 e, embora protocolado fora do prazo estabelecido no artigo 28 da Portaria n. 02/2010 da Comarca de Xanxerê, obteve sentença favorável para a realização do evento, mediante o cumprimento das exigências contidas no mesmo dispositivo;

Considerando que após a prolação da sentença o Município de Faxinal dos Guedes não procedeu à juntada das informações e documentos exigidos como condicionante à validade da autorização e que o Corpo de Bombeiros de Xanxerê noticiou que o Município de Faxinal dos Guedes realizou o evento, inclusive com espetáculo pirotécnico, sem proporcionar segurança contra incêndio e pânico, colocando em risco a segurança e integridade não só das crianças e adolescentes como de todos os frequentadores do evento;

Considerando que os artigos 25 e seguintes do Ato n. 395/2018/PGJ estabelece a possibilidade de o Ministério Público firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a finalidade de adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração;

RESOLVEM celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fulcro no artigo 5º, §6º, da Lei 7.347, de 24.07.85, mediante os seguintes **TERMOS**:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

1. O COMPROMISSÁRIO compromete-se, quando da organização e promoção de eventos festivos no Município de Faxinal dos Guedes com a presença de crianças e adolescentes, a observar rigorosamente as exigências contidas na Portaria n. 02/2010 da Comarca de Xanxerê, ou norma que venha a substituí-la;

2. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a ajuizar o pedido de alvará judicial para realização do evento com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ciente de que a inobservância do prazo poderá resultar em manifestação pelo indeferimento por parte do Ministério Público;

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

O COMPROMISSÁRIO, a título de medida compensatória, doará o valor de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)** ao **Fundo Municipal da Infância e Juventude de Faxinal dos Guedes**, por meio de depósito na conta bancária n.15.895-x, Agência n. 4602-7, Banco do Brasil, **devendo o COMPROMISSÁRIO apresentar nesta Promotoria de Justiça o comprovante de depósito no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta.**

CLÁUSULA TERCEIRA– DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O COMPROMITENTE compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual contra o compromissário, no que diz respeito aos itens ajustados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

CLÁUSULA QUARTA– DA MULTA E DA EXECUÇÃO

1. O não-cumprimento do ajustado na Cláusula Primeira implicará na responsabilidade do COMPROMISSÁRIO do pagamento de multa pecuniária **no valor de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos nacionais**, aplicável o dobro em caso de reincidência, valor a ser definido pelo membro do Ministério Público de acordo com a gravidade da irregularidade identificada, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal, nos termos do artigo 25, §3º, do Ato n. 395/2018/PGJ¹.

2. **Além da multa pecuniária, o descumprimento de qualquer dos itens ajustados acarreta a execução judicial das obrigações de fazer correspondentes.**

3. A multa pecuniária deverá ser recolhida em favor do Fundo Municipal da Infância e Juventude de Faxinal dos Guedes, por meio de depósito na conta bancária n.15.895-x, Agência n. 4602-7, Banco do Brasil, conforme

¹ Art. 25 [...]

§3º A celebração do Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público não afasta, necessariamente, a eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no compromisso.

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê

autoriza o art. 29, §1º, do Ato n. 395/2018/PGJ, devendo o COMPROMISSÁRIO apresentar nesta Promotoria de Justiça o comprovante de depósito no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da notificação.

CLÁUSULA QUINTA– DA VIGÊNCIA

O presente ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura.

Por fim, por estarem compromissados, firmam este **TERMO**, em 03 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 6º da Lei nº 7.347/85.

Xanxerê, 15 de março de 2019.

[assinado digitalmente]
MARCIONEI MENDES
Promotor de Justiça

Município de Faxinal dos Guedes
Gilberto Ângelo Lazzari Prefeito Municipal

Leonir Baggio
Advogado do Município

Testemunhas:

Glaucia Cristina da Cunha
Assistente de Promotoria

Daiane Calza
Assistente de Promotoria

Inquérito Civil n. 06.2019.00000911-0

Nesta data, o abaixo assinado toma ciência da promoção de arquivamento exarada nestes autos, diante da celebração do Termo de Ajustamento de Conduta.

Xanxerê, 15 de março de 2019.

[assinado digitalmente]
MARCIONEI MENDES
Promotor de Justiça

Município de Faxinal dos Guedes
Gilberto Ângelo Lazzari Prefeito Municipal

Leonir Baggio
Advogado do Município